

SISTEMA FAEP



Mala Direta  
Postal

1000015118-8/2006-DR/PR

FAEP

CORREIOS

impresso

# BOLETIM informativo

[www.faep.com.br](http://www.faep.com.br) | [www.twitter.com/SistemaFAEP](http://www.twitter.com/SistemaFAEP)

Ano XXV | nº 1102 | 28 de junho a 04 de julho 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

**SANIDADE** O trabalho  
de Inácio Kroetz



pág 2



POLÍTICA AGRÍCOLA | PÁG 05

# O desrespeito de Brasília pelo produtor rural

» Trigo: governo pede para plantar,  
mas na hora do vamos ver, não garante



2

**Sanidade**

Inácio Kroetz



Cleverson Beje

5

**Capa**

O desprezo do governo



10

**Mandioca**

A euforia dos produtores

12

**Morretes**

A beleza ao pé da serra

14

**STJ**

Decisão importante

16

**Via Rápida**

A imprensa, o Popeye, o hipopótamo, o leite de jumenta e gente falsa



Divulgação

18

**Cursos SENAR-PR**

Mulher Atual, JAA, citros, beleza, florestamento e Doma Racional



21

**Pra boi não dormir**

A coluna da carne

22

**Sindicatos**

Cascavel e o DAP

23

**São João**

A maior fogueira do Brasil

# O fator **K** no mercado de carne

O País deve a **Inácio Kroetz** os grandes avanços na sanidade animal, o que é vital no comércio internacional

O médico veterinário Inácio Kroetz entrou para o serviço público deixando a pesquisa e o magistério superior. Foi secretário-executivo do Conselho de Sanidade Animal (Conesa) e diretor do Departamento de Fiscalização (Defis), da Secretaria de Agricultura do Paraná. Mas desde abril de 2007, na gestão do ex-ministro Reinhold Stephanes, esteve à frente da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e nunca antes na história deste país houve tantas atividades para se reduzir as vulnerabilidades na área da sanidade animal. Kroetz esteve envolvido nas negociações com russos, asiáticos e países da União Européia para reabrir esses mercados ao produto nacional. Na Defesa Agropecuária, Kroetz dedicou atenção especial para a conquista de certificação de área livre de aftosa, de olho em mercados importantes que remuneram melhor, mas que não são atendidos pelo Brasil como Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul.

A saída de Kroetz da Secretaria de Defesa Agropecuária repercutiu fortemente no mercado internacional e foi assunto de bastidores durante a 78ª Assembleia Geral de Delegados da OIE, em Paris. Como representante do Brasil em negociações bilaterais ou em entidades multilaterais ligados à agropecuária, o fato de Kroetz ser um técnico respeitado e ter habilidade política foi importante. Nesses cenários, o Brasil, grande produtor, enfrentou e enfrenta as mais diferentes pressões e exigências, mas que são ignoradas a outros países.

Na semana passada, em conversa com a repórter **Cynthia Calderon**, deste Boletim, Kroetz abordou várias questões importantes da sanidade no Paraná e no País. A seguir, um resumo:



Cleverson Beje

**“ O que o Paraná tem que demonstrar é que ele tem uma equipe muito bem preparada para atendimento a emergências ”**

### Suspensão da vacinação

No momento em que se suspende a vacinação, ela passa a ser proibida nesse estado. Nesse momento inicia um prazo para obtenção do reconhecimento internacional, que deve ser o menor possível. Estimamos um prazo razoável em dois anos. Os critérios da OIE são bastante claros. O Estado passa a cumprir todas as exigências de uma zona que não pratica a vacinação, mas não tem ainda nesse momento nenhuma vantagem em função disto. O momento em que o órgão oficial se decidir pela suspensão, este tem que estar preparado para que imediatamente possa ser apresentado o pleito internacional para que não haja desgaste da imagem do Paraná durante a fase de transição.

### Garantia

No momento em que o governo do estado baixa o ato, este assume, junto com o Ministério da Agricultura, as medidas sanitárias para essa condição, e dentre outras medidas isso significa que poderá haver necessidade de recursos para indenizações, caso seja necessário o sacrifício de animais. E quem pagará isso? O Paraná tem um fundo significativo para emergências sanitárias, possivelmente o melhor do Brasil. O Fundepc tem recursos (superior a R\$ 30 milhões) para essas emergências.

Quando necessário não haverá perguntas se a vaquinha é leiteira ou de corte. Será obrigatório sacrificá-la e enterrá-la, e o produtor terá o direito de receber indenização se não tiver culpa do ocorrido. Se for confirmado que o produtor teve participação culposa na ocorrência, este será responsabilizado de acordo com a lei.

### Trânsito

A vigilância tem que ser na origem e no destino. Existem aproximadamente 320 mil propriedades rurais no Paraná, destas, 270 mil provavelmente têm animais suscetíveis. Não é possível atribuir toda responsabilidade aos fiscais do serviço público. O produtor tem a grande missão de não fazer o ilícito e não permitir que outro produtor o faça. Tudo isso está regulamentado e deverá ser amplamente divulgado no estado.

### As vantagens

Começa a acessar mercados que remuneram melhor. O patrimônio genético valerá mais, o patrimônio de interesse econômico valerá mais. A partir do momento do reconhecimento de área livre sem vacinação, o Paraná terá um produto que praticamente se vende sozinho. É muito procurado, tem mercado para isso. O Paraná tem 10 milhões de bovinos e não consome todos seus produtos, tem excedente. Santa Catarina está livre de aftosa sem vacinação, mas é importador de carne bovina. O retorno deles está nos suínos. Para o Paraná no primeiro momento também haverá maior retorno no setor de suínos

### O reconhecimento

O importante é o reconhecimento do mercado internacional, o que aconteceu a partir de 2007 em Santa Catarina. Lá, na época, fundou-se o ICASA (Instituto Catarinense de Sanidade Animal), que contratou 120 profissionais para atendimento complementar ao serviço público. Isso ainda não existe no Paraná, mas poderá ser uma importante alternativa, caso necessário. O resultado é que agora Santa Catarina está com perspectiva de exportar carne de suínos para a União Europeia e Estados Unidos. Para o Chile já está exportando. São todos países livres sem vacinação e que não aceitam comprar de outros países, que não estejam livres sem vacinação. (veja box)

### Exigências

Países como o Japão, Estados Unidos, Coréia e Chile, só importam produtos de carne bovina, suína, caprina, ovina de países que não mais praticam a vacinação contra febre aftosa, salvo em condições muito especiais, rigorosamente con-

troladas. Entre elas a legislação aborda “países” e não “estados”, ou zonas livres, o que causa ainda mais entraves burocráticos. Superado isso, fazem suas próprias diligências para verificar a robustez do serviço que garante a sanidade animal.

### Manutenção de mercado

Após a abertura de mercado o Estado será bloqueado se houver confirmação da ocorrência de febre aftosa em seu território, ou se por alguma razão voltou a vacinar. No momento em que houver a comunicação oficial do evento haverá uma suspensão da certificação até a restauração da normalidade quando o mercado será restabelecido novamente. Atualmente é aceito internacionalmente o conceito de zona de contenção o que pode reduzir significativamente o período de recuperação de status de zona livre. Quando a vacinação é praticada, o tempo para reabrir um mercado é indefinido. No último episódio, o Brasil levou mais de três anos e foi necessário fazer um trabalho intenso na OIE para que o Brasil voltasse a ter o seu status reconhecido. Tivemos o foco em 2005 e somente em 2008 foi aceito que aquela zona estava novamente livre.

### Japoneses e coreanos

Os japoneses importam anualmente US\$ 4,6 bilhões de carne suína e o Brasil não participa com um quilo nesse mercado. Neste momento os japoneses estão com mais de 100 focos de aftosa e ainda não informaram sua origem. A Coreia que também não vacina está com focos e também não informou sua origem. Exatamente agora que o Brasil está tentando abrir o mercado japonês e coreano para carne de suínos é que eles estão tendo aftosa. O esquema de proteção deles se valia basicamente em não comprar de regiões de risco ou que ainda se valem da vacinação.

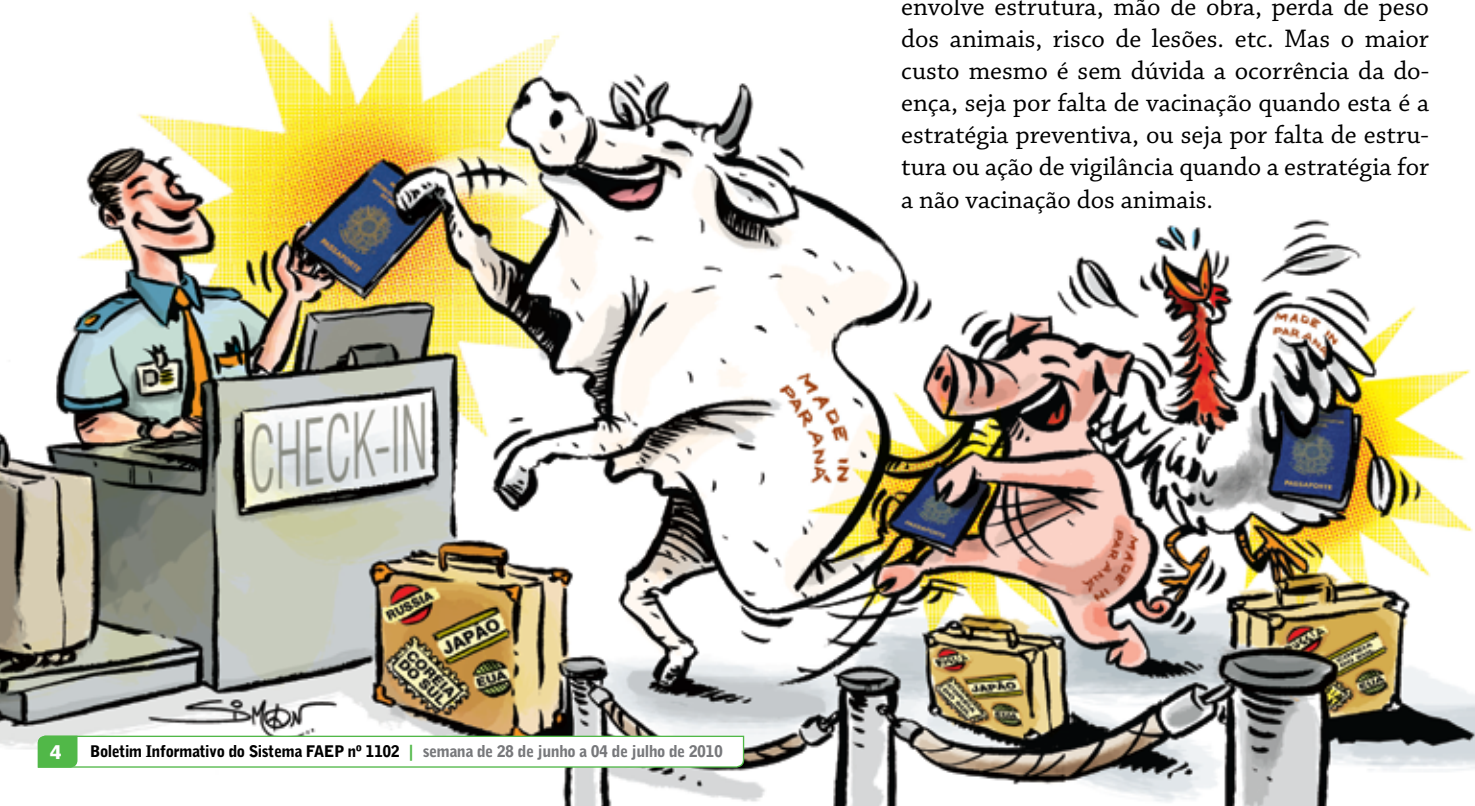
### Zona de Contenção

Em 2008 foi aprovado na OIE o conceito de zona de contenção. Se temos um foco, num determinado raio de distância da propriedade é considerado zona contaminada, se sacrifica todos os animais de risco nesta área. Mais um raio é determinado como zona de proteção, onde se faz uma intensa investigação. Totaliza-se assim uma área segura de zona de contenção, variando de acordo com a região, rios, matas, vias de acesso, etc. Com a zona de contenção definida, o que está fora está liberado. O que o Paraná tem que demonstrar é que ele tem uma equipe extremamente bem preparada para atendimento a emergências como o GEASE - Grupo Especial de Atenção Sanitária Emergencial do qual participam várias instituições, públicas e privadas.

### Vacinas

Afinal, são 10 milhões de cabeças de gado que devem ser vacinadas duas vezes ao ano, em alguns casos pelo menos uma vez ao ano, como acontece na campanha de maio onde somente animais até 24 meses são vacinados. O processo de vacinação envolve estrutura, mão de obra, perda de peso dos animais, risco de lesões, etc. Mas o maior custo mesmo é sem dúvida a ocorrência da doença, seja por falta de vacinação quando esta é a estratégia preventiva, ou seja por falta de estrutura ou ação de vigilância quando a estratégia for a não vacinação dos animais.

**“ A partir do momento do reconhecimento de área livre sem vacinação, o Paraná terá um produto que praticamente se vende sozinho ”**



# Governo muda regras do jogo

## Ministro da Agricultura reduz preço mínimo e desrespeita legislação

Nesta mesma época, no ano passado, com pompa e circunstância, alguns milhares de produtores ocuparam a Sociedade Rural de Londrina para acompanhar o solene lançamento do Plano Agropecuário 2009/2010. O presidente Lula, levou a tiracolo a sua então ministra Dilma Rousseff, fez questão de prestigiar e presidir o lançamento e não foi nada econômico em seu discurso. O mundo atravessava a crise econômica iniciada nos Estados Unidos. “Pelo amor de Deus, gente! Plantem, plantem, plantem, porque o Brasil vai precisar muito da agricultura para ver se a gente sai dessa crise mais forte e mais robusto”, afirmou, acrescentando que a função do governo federal “é preparar o País para produzir e andar”. Ao seu lado, a atual candidata à presidência complementou com entusiasmo que “as obras de infraestrutura e logística do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) têm como objetivo eliminar gargalos na agropecuária brasileira, especialmente para o escoamento da produção”. Lula também deu seu aval para a criação de um fundo garantidor do agronegócio.

Em sua capa, o Boletim 1056, de 29 de junho, estampava: “Plantem. O Lula garante?”

Os produtores responderam trabalhando duro e engordando a safra de grãos do país, mas as garantias do governo federal ficaram nas palavras, não em ações de governo. O estado dos portos e das rodovias pelo País traduzem o discurso de Dilma.

O auge do desrespeito e da ausência de uma política agrícola séria ocorreu neste mês, no Paraná, quando os produtores de milho foram surpreendidos com uma imediata reclassificação do produto pelo Ministério da Agricultura (veja pg. 9), o que inviabiliza essa atividade.

Com trigo é ainda pior. Enquanto os silos oficiais e privados estão empanurrados de trigo de safras passadas e o plantio se encerrando, na última quarta-feira (23), o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, reduziu o preço mínimo do



**“ A decisão do ministro Wagner Rossi (foto) é ilegal, porque a fixação dos preços mínimos deve ocorrer 60 dias antes do plantio ”**

trigo em 10%. “O preço mínimo estava muito acima do praticado no mercado”, declarou. A mudança vigora a partir de 1º de julho e os preços mínimos que serão adotados na região Sul durante a safra 2010/2011 vão variar de R\$ 19,20, o trigo brando tipo 3, a R\$ 29,97, o trigo melhorador tipo 1. A decisão do ministro é ilegal, porque a fixação dos preços mínimos deve ocorrer 60 dias antes do plantio através de portaria ministerial. A FAEP estuda medidas judiciais contra a decisão do MAPA.

# FAEP reage ao desprezo pelo trigo nacional

Ágide Meneguette envia duro comunicado a Brasília; Governo deve R\$ 290 milhões e ainda tenta reduzir preço mínimo

**N**a última semana, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ao presidente da República, às bancadas federal, estadual, aos três senadores do Estado, ao Governador, à SEAB, à CONAB e aos ministérios da Agricultura, Planejamento, Casa Civil, Fazenda e Desenvolvimento Agrário ofício historiando a questão do trigo no País e pedindo a imediata revisão da redução dos preços mínimos do produto. Em seu relato, Ágide levanta os seguintes pontos:

» Em 2008, o governo reeditou o “Plano Nacional de Trigo” formulado em 2002. O Brasil se propôs a aumentar a produção de trigo para abastecer pelo menos 60% de seu consumo até 2012, reduzindo a dependência do grão importado principalmente da Argentina.

» Em junho de 2009, no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário em Londrina, o presidente da República, solicitou aos agricultores que aumentassem a produção para sair da crise internacional. Os produtores foram ao campo, plantaram e....

» Estimulados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do governo federal, os produtores responderam ao apelo do presidente. O clima não ajudou, mesmo assim foram produzidos somente no Paraná 2,5 milhões de toneladas de trigo.

» Desde 2009, o preço pago aos produtores de trigo é humilhante, hoje está em média R\$23,02 a saca de 60kg, conforme a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (SEAB/PR), valor muito abaixo do custo de produção levantado pela Conab de R\$32,10 para o nosso Estado.



» O governo atuou até janeiro com o apoio à comercialização com os instrumentos da PGPM como os leilões de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP), em março fez Aquisições do Governo Federal (AGF) e depois abandonou o produtor.

» Para agravar a situação, os produtores e cooperativas paranaenses ainda não receberam R\$ 290 milhões do trigo que foi vendido ao governo federal via AGF ou escoado na modalidade de PEP. Os atrasos chegam a mais de seis meses. As cotações internas do grão não reagiram e o Paraná tem 500 mil toneladas de trigo encalhadas sem comercialização.

» A Política de Garantia de Preços Mínimos é uma importante ferramenta para garantir renda ao produtor rural e oferta da produção para a sociedade. Além disso, o apoio à comercialização do governo é necessária em determinado momento para garantir a transferência do excedente de uma região para outra, porque o governo não investe em infraestrutura, aumentando o custo de escoamento da produção.

## “ Com essa política agrícola desastrosa seremos altamente dependentes da importação de trigo ”

Ágide Meneguette,  
presidente do Sistema FAEP



Fotos: Cleverson Beje

» O Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, instituiu as normas para a fixação de preços mínimos da PGPM e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários.

» Ela define que “os preços mínimos básicos serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, levando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados, interno e externo, e os custos de produção, com base em proposta encaminhada ao Ministério da Fazenda pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

» Os preços mínimos definidos pelo CMN serão publicados por meio de portaria do Mapa, com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias do início das épocas de plantio e de 30 (trinta) dias do início da produção pecuária ou extrativa mais abundante nas diversas regiões, consoante as indicações dos órgãos competentes.”

» Para surpresa do setor, o Conselho Monetário Nacional comunicou os votos agrícola do dia 22 de junho e os valores de preço mínimo para a cultura do trigo da safra 2010 serão divulgados posteriormen-

te em Portaria do Ministério da Agricultura (MAPA). No mesmo dia o ministro da Agricultura anunciou que vai reduzir o preço mínimo do trigo da PGPM em 10%, embora até o momento não tenha editado a Portaria do MAPA.

» Essa medida, além de ilegal, deveria considerar que até 22 de junho, 87% da área de lavoura de trigo no Paraná já tinha sido implantada, conforme a SEAB/PR.

» Ou seja, os produtores planejaram a safra levando em consideração os preços mínimos vigentes antes da redução do preço mínimo, o qual deveria ter sido anunciado pelo CMN e MAPA com 60 dias de antecedência ao plantio, ou seja, em dezembro do ano passado para estar em conformidade com a lei.

» Vale lembrar que nem no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário, em 7 de junho, o governo alterou os preços mínimos, mostrando que não há comprometimento com os produtores de trigo. O governo está mudando as regras da política agrícola no meio do jogo em total falta de respeito com os agricultores.

» A redução de 10% pode vigorar a partir de 1º de julho e os preços mínimos que serão adotados na região Sul durante a safra 2010/2011 vão variar de R\$ 19,20, o trigo brando tipo 3, a R\$ 29,97, o trigo melhorador tipo 1, ou seja, valores inferiores ao custo de produção calculado pelo próprio governo federal através da Conab de R\$32,10.

» Não bastasse essa trapalhada, o governo reduziu os recursos para o seguro agrícola em 2010 e a partir de julho de 2011 entrará em vigor uma nova classificação de trigo com exigências mais severas de qualidade do grão. Como fechar a conta do custo de produção e de renda do produtor rural com essa política agrícola?

» A conjunção desses fatores fará com que o país reduza a área de plantio nos próximos anos. Nessa safra a redução é de apenas 16% da área, pois os produtores já estavam com as lavouras praticamente implementadas, acreditando que os preços mínimos de trigo não seriam alterados.

» Com essa política agrícola desastrosa seremos altamente dependentes da importação de trigo. Caso ocorra um problema climático nos principais países produtores de trigo, como ocorreu recentemente com a Argentina, corremos o risco de desabastecimento, colocamos em xeque a política de segurança alimentar e haverá aumento da inflação dos alimentos para os consumidores do pão e das massas feitas a partir de trigo.

» O Paraná é o maior produtor do país, responsável por mais de 50% da produção nacional. Apesar do Brasil produzir menos da metade da demanda anual interna de 11 milhões de toneladas, a política agrícola do governo federal para o setor é desastrosa e em vez de estimular o produtor, será responsável pela redução de área da lavoura do grão.

» O alto custo de produção é um dos fatores que inibe a ampliação da área de trigo no Brasil. A cultura, entretanto, tem papel relevante na produção de soja já que o trigo, ao ser cultivado em sucessão à oleaginosa, mantém o solo fertilizado e evita também a propagação de doenças no ciclo seguinte.

**D**iante de tudo isso, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette solicitou a revisão da redução ilegal do preço mínimo, pois os produtores do Paraná já haviam implantado as lavouras quando a mudança foi anunciada pelo governo federal.

# Armazéns abarrotados e a safra vem aí

Na primavera, quando as quase três milhões de toneladas de trigo plantados no Paraná começarem a ser colhidos, corre-se o risco de simplesmente não existir onde colocar toda essa produção. O produto de safras passadas abarrotam silos e armazéns do governo e privados (cooperativas e particulares). Em Ponta Grossa, por exemplo, a unidade da CONAB tem em estoque 311 mil toneladas, 67% dos grãos são do governo. São mais de 200 mil toneladas de produtos - 88% trigo - comprados pela Conab nos últimos anos em operações de AGF (Aquisições do Governo Federal). “A entrada da nova safra de trigo já preocupa. Uma possível solução seria transferir esses estoques paranaenses para outros estados, mas isso também não é possível porque todas as unidades da Conab estão lotadas”, disse aos jornais o gerente da unidade, Sérgio Roberto Piakowski. Em Cafelândia, os pátios da COPACOL estão repletos de enormes “bolsões” recheados de trigo, porque seus armazéns lotaram. Mesmo com plantio 16% menor, o Paraná deve colher 11% mais trigo que no ano passado. Estima-se a existência de 1 milhão de toneladas em estoque, a metade sob a responsabilidade do governo e o restante em armazéns e silos privados.

João Paulo Triches



Trigo  
"ensacolato"  
na COPACOL

## Zoneamento do trigo resolvido

Motivo de preocupação para a FAEP, a Retificação nº 21 do zoneamento agrícola do trigo, publicada em 22 de abril de 2010, poucos dias antes do plantio da cultura em algumas regiões do Paraná e que postergou o plantio, em média, em 20 dias, foi solucionada. Muitos produtores paranaenses plantaram baseados na Portaria nº 79 de 31 de março e ficaram sem amparo no crédito, seguro e Proagro. Considerando que o Seguro. Para garantir o acesso ao crédito e à cobertura de Seguro Agrícola e Proagro em caso de frustração de safra aos tricultores que implantaram suas lavouras entre os dias 1º a 20 de maio, foi solicitado ao Ministério da Agricultura que considerasse legais as duas épocas de plantio baseadas na Retificação nº 21 e, também, na Portaria nº 79, pois as mudanças foram feitas de última hora, sem tempo de disseminar a nova informação da retificação. O Coordenador do Zoneamento Agrícola do MAPA, Gustavo Bracale, se convenceu da necessidade de considerar as duas épocas de plantio como corretas para esta safra. Foi editada em 21/06 no Diário Oficial da União, a Portaria 155 resolvendo o problema.

## Debate em Londrina

Sindicato de Londrina promove debate sobre trigo dia 30. A partir de julho de 2011 devem entrar em vigor as novas regras de classificação do trigo. O encontro vai debater a classificação com técnicos, produtores, pesquisadores, produtores de sementes, cooperativas e empresas de insumos em geral. Quando: dia 30/06 (quarta-feira) às 14 horas no Sindicato Rural, à Avenida Tiradentes, 6355 à entrada do Parque Ney Braga, Londrina/PR. Pauta 1. Tolerância das Culturas de Trigo às Doenças Fungicas; 2. Eficiências dos Fungicidas no combate às doenças fungicas, principalmente Brusone.

### \* ANÁLISE

## Por que plantar trigo?

Agrônoma **Maria Silvia Digiovani**, do DTE da FAEP, resume as boas razões para os produtores cultivarem o trigo no inverno:



- » Para muitas regiões é a única cultura com capacidade de ser cultivada em grande escala e agregar renda, ainda que pouca. Culturas de inverno que se prestam apenas como cobertura de solo, de imediato representam apenas gasto;
- » Para as regiões onde é possível plantar milho safrinha esta é a opção do produtor, mas em muitas regiões existe risco de clima, principalmente de geadas em épocas críticas para a cultura, o que impede o cultivo;
- » O cultivo do trigo reduz o uso de fertilizantes para a cultura de soja porque deixa residual significativo no solo;
- » evita erosão por não deixar o solo descoberto sofrendo o impacto dos ventos e chuvas;
- » quebra o ciclo de pragas e doenças que ficariam em “standby” (à espera) hospedando-se em plantas daninhas ou no solo, caso a área não seja cultivada no inverno, ganhando força para infestar a cultura de verão;
- » otimiza o uso do maquinário, mão-de-obra dos funcionários, diluindo os custos fixos da propriedade.



# Milho na expectativa

Reunião dia 29 no Ministério da Agricultura discute reclassificação do grão



## MAIS PROBLEMAS

Os produtores de milho estão aguardando ansiosos o resultado da reunião que acontece no dia 29 de junho no Ministério da Agricultura (MAPA), em Brasília. Lá estarão técnicos e analistas da FAEP e Ocepar, representando os agricultores paranaenses no debate que envolve a reclassificação do grão. Os produtores do Estado temem não conseguir cumprir as novas determinações do MAPA e, conseqüentemente, não terem condições de viabilizar a produção de milho.

Para evitar o problema, uma proposta foi elaborada pelo setor e levada à Brasília. Produtores e cooperativas do Paraná querem a manutenção por mais dois anos da Portaria nº 845 que define padrões de qualidade e identidade do milho.

O objetivo é viabilizar um maior número de análises e comparativos do enquadramento das safras de milho (verão e segunda safra). “Na situação que o Ministério (da Agricultura) colocou, a rigidez está muito alta, não há condições de continuar a produção”, avaliou Adelar Roberto Goehl, do Controle de Qualidade da Cooperativa Agrária.

Ele acredita que as mudanças propostas pelo MAPA devem ser inseridas gradativamente. “Nós sabemos que o padrão atual do milho está defasado, mas tem que haver um trabalho de ajuste aos poucos. Cooperativas e produtores foram surpreendidos e não foram consultados sobre a nova reclassificação”, disse Goehl. “A nossa proposta é manter 90% da produção com tipo 1 e 2 e o restante com outro tipo”, acrescentou.

O setor produtivo do Paraná também quer a suspensão das consultas públicas, enquanto o debate está na esfera do Ministério. Além disso, para o milho destinado a outros usos, quanto aos limites máximos de tolerância, pretende-se alterar os limites máximos de mofados e ardidos, bem como, os avariados totais.

### Estudo

Para se chegar a essa proposta, a Agrária contratou os serviços da Clasper. O objetivo foi avaliar a classificação. Para isso, foram analisadas 195 amostras do milho da última safra, um produto oriundo de uma safra normal, com excelente produtividade e sem ocorrências climáticas prejudiciais.

Os produtores de milho enfrentam uma série de problemas, principalmente devido a superioridade dos custos de produção em relação aos preços comercializados.

Além disso, o governo não está cumprindo a Política de Garantia de Preços Mínimos. Segundo a SEAB, até maio, 44% da safra de verão, ou seja, 3,24 milhões de toneladas já foram comercializadas em média por R\$ 13,96 pela saca de 60kg. O valor não cobre o custo de produção e está muito abaixo do estabelecido pelo governo na PGPM, de R\$ 17,46/sc.

Os Ministérios da Agricultura e Fazenda demoraram a autorizar os leilões. Apesar da previsão de realizar 12 leilões semanais, o volume não é suficiente para fazer o preço interno reagir e cobrir o preço mínimo.

O prêmio estabelecido pelo governo nos leilões de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP), que visa retirar o milho do Paraná, também é considerado baixo. Nas regiões mais afastadas do Porto de Paranaguá, o atual prêmio de R\$ 2,52 por saca de 60 kg para escoar a produção é insuficiente.

Outro problema enfrentado pelos produtores e cooperativas é a demora no pagamento das Aquisições do Governo Federal (AGF) e do PEP, comprometendo compromissos financeiros. No Paraná está pendente ainda o pagamento de AGF na ordem de R\$ 40 milhões do milho.

Apesar de tratar-se de um produto de boa qualidade, quando aplicada a portaria em consulta pública, a maior parte - 85% do milho seria fora de tipo. “O trabalho foi feito em cima de amostras, por isso é confiável. O MAPA tem que trabalhar a mudança aos poucos para não prejudicar o produtor”, analisou Goehl.

\*Por Cynthia Calderon

Depois de quatro anos trabalhando para “empatar”, João Françolin está colhendo uma safra que ele considera “excelente”. A produtividade é de 47,52 toneladas de mandioca por hectare, mais que o dobro da média do Paraná que já é significativa (21,4 toneladas/hectare), menor apenas que a de São Paulo (23,2 toneladas/hectare). A atual safra de mandioca no Paraná, que está no auge da colheita, deve registrar um crescimento em torno de 6% de área. Um bom momento, após alguns anos de produção e preços instáveis. A raiz que pode ser encontrada no Brasil desde seu descobrimento, deve produzir 4,3 milhões de toneladas, passando de 180 mil hectares cultivados no ano passado para 190 mil hectares este ano.

Os números estão animando a família de Françolin. Além da área arrendada de 120 hectares em Xambrê (20 quilômetros de Umuarama), ele e o cunhado Paulo Balzana estão arrendando outros 220 hectares no município. “A produção está aumentando em toda a região. Todo mundo está investindo mais na cultura da mandioca. É uma euforia”, diz. O Paraná é o terceiro maior produtor de raiz e o maior produtor de fécula, respondendo por mais de 60% da produção nacional. A maior concentração está em quatro núcleos: Paranavaí, Campo Mourão, Umuarama e Toledo. A cultura da mandioca, no Paraná, vem ganhando destaque no cenário nacional pela sua característica industrial que lhe dá ganho de produtividade em relação aos demais estados brasileiros.

O Norte e o Nordeste detêm a maior concentração, com a mandioca colhida destinada basicamente ao consumo próprio ou a derivados artesanais. Em termos de oferta e demanda no Brasil, calcula-se que 50% da produção de raiz ainda são destinadas ao consumo animal (alimentação de rebanhos). O estímulo à produção de fécula está vinculado a maior oferta de matéria-prima à indústria de beneficiamento com regularidade do abastecimento evitando interrupções de fornecimento.

### Como uma indústria

Atualmente a produção de fécula é um bom negócio com custo de produção de R\$ 150 a tonelada e vendas acima de R\$ 200/tonelada, segundo dados do DERAL (Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura). “Na atividade predominam basicamente pequenos produtores que enfrentam dois grandes desafios: os altos custos de produção e a conquista de novos mercados”, afirma o economista do DERAL, Methodio Groxko.

As lavouras de mandioca têm uma incipiente mecanização, mas o plantio e a colheita são basicamente manuais. Na composição do custo de produção, entre 50% e 55% do valor é de mão de obra.

Há 14 anos lidando com a cultura, Françolin adquiriu experiência suficiente para entender que se deve plantar muito com baixo custo. Ele explica que, diferente de outras culturas, a mandiocultura exige



## A safra pr de MAN



Bons preços e boa p  
a alegria dos

**“O Paraná é o terceiro maior produtor de raiz e o maior produtor de fécula, respondendo por mais de 60% da produção nacional”**

um trabalho manual com preparação de solo, mão-de-obra, diesel e insumos, entre outros custos. “Tecnologia custa caro”, diz. Para a colheita ele precisa de 15 a 20 pessoas trabalhando. Para aumentar a lucratividade, Françolin tenta reduzir os custos com a poda, que facilita o controle de mato e a colheita, reduz o gasto com herbicida e uma boa adubação com controle de plantas daninhas. “Tem que ter cuidado no manejo”. Além disso, ele planejou a produção alterando a época de plantio para que a cada mês possa colher entre 20 a 30 herctares.



# romissora DIOCA

Fotos: Arquivo



produtividade fazem  
s produtores

“Tem que funcionar como uma indústria, com dinheiro entrando todo mês”, revela.

As exportações brasileiras de fécula ainda são baixas, somente 5% da produção são exportadas. Porém, as perspectivas são otimistas diante da escassez mundial de alimentos. O Brasil já se faz presente no mercado internacional, mas é preciso garantir a continuidade no fornecimento e principalmente a estabilidade nos preços para competir com a Tailândia, que é o líder nas exportações de fécula com 85% de mercado.

## Mil utilidades

A fécula de mandioca é uma matéria prima de “mil utilidades”. A lista de produtos que utilizam a fécula de mandioca como matéria-prima é extensa e passa pelas indústrias: química; têxtil; farmacêutica; madeireira, papelera e metalurgia e fundição. Inclui desde a fabricação de medicamentos; pasta de dentes; sabões e detergentes; colas e gomas; tintas e vernizes; papéis; resinas e plásticos (embalagens biodegradáveis e / ou compostáveis); tecidos (conferem resistência, fixam cores e dão brilho e acabamento aos tecidos); moldes para fundição; componente de equipamentos para perfurações de poços de petróleo; mineração; adubos e fertilizantes; secagem de concreto e tijolos; pisos isolantes de som; amaciante de couro em curtumes; fraldas absorventes; xampu; talcos anti-sépticos para pés; antibióticos (penicilina, etc); vitaminas (A, B, C); hormônios (insulina, etc), vacinas, compostos em eletrodos. Os frigoríficos, as indústrias de papel e papelão, as atacadistas e as de massas, biscoitos e panificação são os principais consumidores da fécula brasileira. Juntos consomem 81% da produção.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial da raiz com 25,5 milhões de toneladas, o equivalente a 60% da quantidade da Nigéria, maior produtora. A Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (ABAM) defende maior participação brasileira no mercado internacional. Mas, para que isto se concretize é necessário criar um excedente de produção.

## \* OS DERIVADOS

**FÉCULA:** Amido natural que pertence à família dos carboidratos. Este produto é extraído da mandioca assim como de outros vegetais.

**POLVILHO:** É largamente utilizado na indústria alimentícia para a fabricação de pães de queijo, biscoitos, roscas, brevidades, etc.

**SAGU:** Amido parcialmente gelatinizado e de forma esférica. É consumido como sobremesa denominada "sagu" ou em forma de mingau.

**TAPIOCA:** É obtida pela secagem em tachos abertos, em pequenos grânulos irregulares a partir do amido de mandioca. Utilizada para alimentos naturais na forma de mingau.

Fonte: Abam

\* O **SENAR-PR** oferece cursos de Mandioca e Trabalhador no Cultivo de Plantas Industriais para melhorar sua eficiência produtiva e financeira, baixando custos e por consequência alterando a lucratividade da atividade.



Texto e fotos: **Leonardo Fagundes**

Quando o assunto é descer a Serra rumo ao Litoral todo mundo pensa no final ou começo do ano e naquele sol escaldante do verão. Pois bem, fazer o percurso no meio do ano pode ser uma ótima alternativa, principalmente para as férias de julho. Isso porque um passeio de trem ou pela Estrada da Graciosa partindo de Curitiba é bastante tranquilo e não sai caro para o bolso de ninguém.

Mesmo no inverno, vale a pena se agasalhar e encarar a descida. Se a escolha for pela Rodovia PR 410 (Graciosa), o passeio pode ser feito de carro, moto e até de bicicleta. O trajeto é de aproximadamente 70 quilômetros. No entanto, os primeiros 40 km são pela BR 116 até a entrada da estrada.

Ali começa a aventura. São 33 quilômetros caçados em paralelepípedos e cheio de curvas sinuosas, construídas em 1873. O visual compensa com encostas floridas, picos, montanhas, mar e cachoeiras.

Há mirantes estratégicos para melhor apreciar o cenário. Ao todo são sete recantos com churrasqueiras, sanitários e mirantes que facilitam o acesso dos visitantes: Vista Lacerda; Rio Cascata; Grota Funda; Bela Vista; Curva da Ferradura; Mãe Catira; e São João da Graciosa

A estrada atravessa o trecho mais preservado de Mata Atlântica do Brasil, marcado pela mata tropical e pelos belos riachos que nascem na Serra do Mar. Por isso, em 1993, parte do trecho foi declarada pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Na região, existem dois importantes parques estaduais: da Graciosa e Roberto Ribas Lange.

# Toda a beleza ao Litoral



Acima, portal de entrada da estrada da Graciosa. Início de um cenário deslumbrante



# za rumo

De trem ou pela Estrada da Graciosa, passeio é ótima alternativa para férias de julho



## \* SOBRE OS TRILHOS

### 110 Quilômetros de História

**S**e a Estrada da Graciosa, com seus históricos paralelepípedos, foi inaugurada em 1873, a Estrada de Ferro Curitiba-Morretes-Paranaguá chegou pouco depois, em 1890. A obra é uma maravilha da arquitetura e uma das ferrovias mais antigas em funcionamento no país.

O passeio completo até Paranaguá leva quase 3 horas e o passageiro desfruta de 110 km de magia pela Serra do Mar. São 14 túneis, 30 pontes e inúmeros viadutos de grande vão com uma paisagem inesquecível.

A Ponte São João e o Viaduto Carvalho merecem destaque especial. A primeira tem nada mais que 55 metros de altura, enquanto o segundo é ligado ao Túnel do Rochedo, assentado sobre cinco pilares de alvenaria na encosta da rocha. Em ambos os trechos, a sensação é uma nítida viagem entre as nuvens da Serra. Foi a primeira obra com essas características a ser construída no mundo. As saídas de trem de Curitiba acontecem todos os dias, enquanto o passeio de Litorina apenas finais de semana e feriados. Os preços variam de R\$ 39 a R\$ 270. Para ter mais informações acesse: [www.serraverdeexpress.com.br](http://www.serraverdeexpress.com.br)

**A OBRA** A construção da ferrovia começou em fevereiro de 1880. Considerada impraticável por inúmeros engenheiros europeus à época, a obra teve início em três frentes simultâneas: entre Paranaguá e Morretes (42 km), entre Morretes e Roça Nova (38 km) e entre Roça Nova e Curitiba (30 km).

Para a obra, foram recrutados mais de 9.000 homens. Mais da metade faleceu por causa das condições precárias de segurança. Depois de cinco anos, a ferrovia foi inaugurada em 02 de fevereiro de 1885.

**SEGUIE** >>>>>>



## Amantes de Ferrovia criam rede na web

**S**e você é um daqueles que caminha sobre os trilhos e o som do apito do trem é música para seus ouvidos, então você tem que participar do Clube Amantes da Ferrovia. A ideia é reunir apaixonados pelo assunto e trazer informações sobre trens do Brasil e do mundo, além de sugestões de viagens e benefícios aos associados.

Já são mais de 1200 membros na comunidade, onde é possível conferir mais de duas mil fotos e 150 vídeos. A rede foi criada em fevereiro deste ano e é uma iniciativa do grupo Serra Verde Express. Com a carteirinha do clube é possível obter desconto nas passagens. Para participar basta acessar [www.amantesdaferrovia.com.br](http://www.amantesdaferrovia.com.br).



## \* BARREADO

### Dos Açores para o Paraná

**D**e trem, carro, moto ou bicicleta, chegando a Morretes nada como desfrutar do típico e tradicional barreado. O prato de origem açoriana (veio da ilha dos Açores no Atlântico Norte) leva um ritual de mais de 300 anos e teria sido disseminado a partir da Ilha de Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná.

O prato consiste em uma carne cozida, servida com arroz e farinha de mandioca. O segredo na preparação é o tempo de cozimento na panela de barro - cerca de vinte horas - o suficiente para desfiar toda a carne. Depois de cozida, as fibras da carne se soltam resultando em um caldo grosso e saboroso.

Para manter o sabor da carne, é preciso vedar a panela com uma massa de farinha e água, um barro preparado para manter o vapor dentro da panela. Tradicionalmente o prato é acompanhado de frutas: bananas e laranjas. A cachaça de banana pode ser servida como aperitivo. Como entrada ao prato principal, pode ser servido o bolinho de barreado (bolinho frito recheado com banana amassada e a carne do barreado).



## A estupidez comercial na bolsa de Nova Iorque

**O** Mercado Brasileiro de Café vem se comportando nos últimos anos com extremo amadorismo, deixando vaziar pelo ralo da incompetência dezenas de bilhões de dólares por ineficiência comercial e total ausência de gestão. O Brasil, detentor de 50% do Mercado Mundial de Café Arábica, vem conseguindo a “proeza” de vender nosso café com deságio de aproximadamente 43% em relação aos cafés lavados, seguindo a bolsa de Nova York (NYBOT). A Colômbia participa com 11,0 milhões de sacas, em média e o grupo dos países da América Central e México, que operam com uma política de preço e gestão praticamente em conjunto, produzem 18 milhões de sacas, Peru com 3,5 milhões de sacas e Índia com 2,0 milhões de sacas. Os demais países são produtores residuais.

Baseado nisso, o Brasil não pode mais aceitar ser prejudicado pela Bolsa de Nova York, que não representa o nosso café. O contrato “C” (Colombiano), está sendo comercializado em média por US\$ 2,00 / libra peso. base de Nova York, isso corresponde a R\$ 490,00 / saca. Enquanto isso, o Brasil vem vendendo à US\$ 1,35 / libra peso, e dando um desconto de 20 cents de US\$ / libra peso, chegando a US\$ 152,00, ou seja, R\$ 281,00 /saca, vendendo 43% mais barato do que a concorrência. Temos um produto de excelente qualidade de características distintas, com 50% do mercado. Não podemos prosseguir nessa estupidez comercial.

O resultado disso é que nosso cafeicultor vem se endividando, tratando mal de seus familiares e impedindo melhores salários aos nossos trabalhadores rurais. Estamos exportando dívidas, hipotecas, execuções judiciais e acima de tudo a dignidade do cafeicultor brasileiro.

Essa retórica imposta pelo mercado, que café lavado é superior ao nosso café NATURAL, não é verdadeira. Esse argumento somente serve para denegrir o nosso café. Analisando os aspectos econômicos e de sustentabilidade do café NATURAL Brasileiro versus os cafés lavados, temos o seguinte:

Estamos perdendo bilhões de dólares na exportação de café e este ano deveremos exportar 26 a 28 milhões de sacas de café arábica NATURAL com um prejuízo de R\$ 200,00 por saca, como já exposto e, com os 10% a 20% do valor da recuperação da receita que estamos doando ao mercado internacional (fazendo benemerência), poderemos com esse percentual fazer o funding e regularmos o FLUXO que se faz tão necessário. Questão de inteligência e estratégia.

Vamos criar o contrato NB (NATURAL BRASILEIRO) sair de Nova York (NYBOT), dar independência econômica ao nosso café. Vamos para outras bolsas como a CME (CBOT). Não é sonho de verão, é real. Teremos apoio para isso. O mundo comercial é uma guerra e nós precisamos aproveitar as janelas que o mundo dos negócios nos oferece para ganhar dinheiro em todos os seguimentos do Agronegócio Café. Vamos partir para a “Independência ou Morte” da cafeicultura Brasileira.

*\* ARMANDO MATIELLI é engenheiro agrônomo com MBA em Agribusiness pela FGV, cafeicultor em Guapé/Sul de Minas Gerais e presidente executivo da SINICAL*

# Classificação de imóvel rural por tamanho depende a área aproveitável

**P**ropriedades rurais devem ser classificadas como pequenas, médias ou grandes, na desapropriação para reforma agrária, a partir do tamanho de sua área aproveitável, e não de toda a extensão do imóvel. O entendimento é da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que indeferiu pedido do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e manteve acórdão do Tribunal Federal Regional da 1ª Região (TRF1). A decisão, no entender dos ministros, pode inibir abusos no processo de desapropriação e preservar áreas de importância ambiental.

O caso refere-se à desapropriação da “Fazenda das Pedras”, situada no município de Arenópolis (GO). Em outubro de 2005, o imóvel foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária. Seu proprietário, no entanto, protestou judicialmente contra a medida. Alegou que pequenas e médias propriedades rurais são imunes à desapropriação pelo Incra, tal como define a Constituição, e que, realizando os cálculos adequados, sua fazenda deveria ser classificada como média propriedade, e não grande, sendo descabida a cessão do imóvel ao domínio público.

O argumento prosperou em primeira e segunda instâncias federais, que decidiram em sentido oposto ao entendimento do Incra. Para o órgão, a classificação da propriedade rural em pequena, média ou grande deve subordinar-se à extensão da área, o que inclui tanto a área aproveitável quanto a área não aproveitável do imóvel. Segundo esse critério, a “Fazenda das Pedras” estaria, sim, sujeita à desapropriação.

A Justiça Federal, porém, entendeu de modo diferente. Em seu acórdão, o TRF1 apontou a incidência do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/1964) para estabelecer que a área não aproveitável de um imóvel rural não integra o cálculo em que se define o tamanho da propriedade. Utilizando o conceito de módulos fiscais como forma de medição - um a quatro módulos para a pequena propriedade, superior a quatro até 15 para a média -, o órgão decidiu que o número de módulos fiscais deverá ser obtido dividindo-se tão somente a área aproveitável do imóvel rural pelo módulo fiscal do município (nos termos da Lei n. 4.504/1964, artigo 50, parágrafo 3º, com a redação da Lei n. 6.746/1979).

A decisão contrariou o Incra, que recorreu ao STJ. No entanto, ao relatar o processo, o ministro Humberto Martins entendeu como correta a disposição do TRF1 de interpretar a questão dentro da lógica do Estatuto da Terra. Segundo Martins, o conceito de módulo fiscal, instituído pela Lei n. 6.746/1979, sucede ao conceito de módulo rural previsto no referido estatuto. Mas a lei que o regulamenta (Lei n. 8.629/1993) silencia sobre sua forma de aferição - se deve incluir ou não a área não aproveitável do imóvel rural. Diante disso, o TRF1 integrou a norma com as disposições constantes do parágrafo 3º do artigo 50 do Estatuto da Terra, com redação dada pela Lei n. 6.746/1979. Ali, está expressa a disposição de que somente a área aproveitável do imóvel faz parte do cálculo.

“O conceito de módulo fiscal foi estabelecido como um critério técnico destinado a aferir a área de propriedade rural para efeitos do cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), nada mais”, afirmou o ministro Humberto Martins. “Trata-se de conceito de cunho meramente arrecadatório ou fazendário”. Segundo o magistrado, tal conceito é mais afeiçoado ao Direito Tributário que ao Direito Agrário, motivo por que o entendimento firmado pelo TRF1 é tão acertado.

“Entendo que é imprópria a ideia de se tripartir o cálculo do tamanho da propriedade, diferenciando-o de acordo com o fim almejado, quer seja: para efeitos de indivisibilidade; para efeitos de desapropriação para fins de reforma agrária; ou para cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR”, explicou o magistrado em seu voto. “Pelo contrário, andou bem o tribunal a quo ao aproximar tais conceitos, interpretando-os sistematicamente dentro da lógica do Estatuto da Terra, e do próprio Direito Agrário”, concluiu.

O voto foi seguido de forma unânime pelos demais ministros da Segunda Turma, que ressaltaram, na própria sessão de julgamento, a importância da decisão proferida. Para os magistrados, a decisão do STJ pode inibir eventuais abusos no processo de reforma agrária brasileiro, evitando que o poder público intervenha em áreas de interesse ecológico que, a partir de critérios equivocados, pudessem ser classificadas como grandes propriedades improdutivas.



\* Do site do STJ <http://www.stj.gov.br/> - 17.06.2010

**“ Para os magistrados, a decisão do STJ pode inibir eventuais abusos no processo de reforma agrária brasileiro ”**

## DEU NA IMPRENSA

### Os bilhões da Copa

» A realização da próxima Copa do Mundo, em 2014, no Brasil, deve injetar R\$ 142,39 bilhões na economia do país e gerar 3,63 milhões de empregos por ano. Mas também há riscos, por falta de infraestrutura, o que pode causar perdas econômicas e humanas e imagem negativa do país. Os dados e a avaliação fazem parte do estudo "Brasil Sustentável - Impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014", desenvolvido pela Ernst & Young em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV)

*Das agências*

### O bonzão

» Um em cada dez executivos à frente de empresas ao redor do mundo disse que o Brasil deve ser o primeiro país a se recuperar totalmente da crise econômica, em uma pesquisa anual realizada pelo grupo NYSE Euronext, que controla bolsas de valores na Europa e Estados Unidos. Os empresários apontaram que o dinamismo econômico do varejo, impulsionado pelo crescimento da classe média, é uma das razões para que a economia brasileira tenha demonstrado um desempenho "muito melhor que o de outros países" durante a crise global.

*Das agências*

### 1,2 mil fichas-sujas no PR

» O Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou relação de 4.922 pessoas de todo o país com contas rejeitadas por mau uso do dinheiro público. Desses, 197 são do Paraná e podem ficar sem poder concorrer às eleições de outubro por causa da Lei da Ficha Limpa. Há outros 1.025 fichas-suja divulgados pelo Tribunal de Contas do Paraná, totalizando 1,2 mil gestores com problemas na prestação de contas.

*Das agências*

“**Minha ficha é a mais limpa do Brasil**”

Deputado  
PAULO MALUF



### Hipopótamo vidente

» Na Alemanha, os torcedores apostaram em um hipopótamo vidente para crer que a seleção europeia tricampeã mundial superasse a modesta Sérvia. De nome **PETTY**, o animal de 19 anos aponta qual equipe vencerá uma partida ao escolher o prato de comida colocado embaixo da bandeira dos adversários, que são deixados lado a lado. Patriota, o hipopótamo foi direto para uma maçã sob a flâmula alemã. Aparentemente, Petti não tem muito futuro como vidente. A Sérvia deixou os alemães a ver navios com o resultado de 1 a 0. Antes, o animal apontou uma vitória australiana no confronto diante dos alemães, que saíram vitoriosos do duelo ao marcarem 4 a 0.



### Punho direito



» O motivo da maioria das pessoas usar relógio no pulso esquerdo ocorre porque é destra, ou seja, se utiliza da mão direita para prender o relógio no punho esquerdo.

### Propaganda enganosa

» No fim do século 18, na Inglaterra, mulher feia que tentava virar gatinha corria o risco de ser presa. O Parlamento aprovou uma lei que permitia aos maridos pedirem anulação do casamento caso a noiva tivesse a aparência muito alterada por maquiagens ou seduzissem homens com cabelo ou dentes falsos, e depois se mostrassem feias sem essas alegorias todas, eram punidas acusadas de bruxaria.



### Leite de jumenta

» No auge do Império Romano, as mulheres ricas adotavam tratamentos de beleza para lá de bizarros. Dormiam com o rosto besuntado por uma meleca feita de farinha de favas, miolo de pão e leite de jumenta. Para manter o aspecto pálido, em moda na época, passavam giz branco com pasta de vinagre e clara de ovos e pintavam as veias dos seios e da testa com tinta azul. Pareciam fantasmas.



Jan Woita/EFE



## Gatos pingados

» A origem desta expressão remonta a uma tortura procedente do Japão que consistia em pingar óleo fervente em cima de pessoas ou animais, especialmente **GATOS**.

### Brrrrrrrrrr

» **YAKUTSK** é a cidade mais fria do mundo. Com temperatura média anual de menos 21 graus a cidade localiza-se no nordeste da Rússia e fica a mais de 6.000 Km de distância de Moscou. Por ser uma das regiões mais geladas da Sibéria, Yakutsk servia como “prisão/asilo” para condenados políticos na época da Revolução Russa, em 1917. Os comunistas eram fogo, mas botavam os adversários no gelo.



# 68%

» dos brasileiros **GASTAM MAIS DO QUE GANHAM** no final do mês, segundo o IBGE.

## MOSAICO

### Regrinhas de português

» **“Fazem”** cinco anos. Fazer, quando exprime tempo, é impessoal: Faz cinco anos. / Fazia dois séculos. / Fez 15 dias.

» **“Houveram”** muitos acidentes. Haver, como existir, também é invariável: Houve muitos acidentes. / Havia muitas pessoas. / Deve haver muitos casos iguais.

### “Cultura do vestibulá”

» **Mais alguns exemplos:**

» “O serigueiro tira borracha das árvores, mas nunca derrubam as seringas”. (*Estas podem ser derrubadas, porque são descartáveis*);

» “Nesta terra ensi plantando tudo dá”. (*Isto deve ser o português arcaico que Caminha escreveu...*);

» “Isso tudo é devido ao raios ultra-violentos que recebemos todo dia”. (*Meu Deus! Haja pára-raio!*);

» “O sero mano tem uma missão...”. (*A nossa, por exemplo, é ter que ler isso!*);

» “O Euninho já provocou secas e enchentes calamitosas...”. (*Levei uns minutos para identificar o El Niño...*).

## GENTE FALSA 5



## Popeye

» O personagem **POPEYE** foi criado no finzinho da década de 20, no embalo da fama que o espinafre já tinha: a de ser um alimento capaz de fortalecer qualquer fracote. O objetivo da história era lançar o espinafre enlatado. Befe. Apesar de ser riquíssima em ferro, a verdura contém oxalato, substância que inibe a absorção do nutriente pelo organismo.

## Festa dos citros

Nos dias 11, 12 e 13 de junho aconteceu a 45ª Festa da Laranja e 17ª Exponkã no município de Cerro Azul. Os produtores puderam expor os produtos e artesanatos que foram, ensinados nos cursos realizados pelo Sindicato Rural em parceria com o SENAR-PR. O evento foi visitado por mais de 20 mil pessoas e surgiu de uma iniciativa do Sindicato Rural de Cerro Azul.



Fotos: Divulgação

## TERRA ROXA

### Carga Perigosa 1

Da mesma forma, de 14 a 18 de junho o Sindicato Rural de Terra Roxa, em parceria com o SENAR-PR e C.Vale, também promoveu um curso condutores de veículos transportadores de produtos perigosos. O curso contou com 22 participantes, que foram orientados pelo instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) Osni Alves Barbosa.



## MARILÂNDIA DO SUL

### Carga Perigosa 2

O Sindicato Rural de Marilândia do Sul, em parceria com o SENAR-PR, realizou um curso de atualização de condutores de veículos transportadores de produtos perigosos. O curso aconteceu nos dias 10 e 11 de junho e foi ministrado pelo instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Gentil Telles de Proença.



## Regulagem de colhedora

O SENAR-PR, em parceria com o Sindicato Rural de Palotina e com a C.Vale, realizou no dia 9 de junho um curso de regulagem de colhedora. O instrutor do SENAR-PR, Darlan Cavalaro, disse que o objetivo do curso é empregar técnicas corretas na regulagem de colhedoras automotrizes.



## ASTORGA



## CAMPINA DA LAGOA



## Tarde de beleza

A turma do curso Mulher Atual de Campina da Lagoa teve um encontro diferente. No dia 27 de maio, na sede do sindicato rural, as produtoras rurais assistiram a uma palestra sobre maquiagem e estética. A palestra foi ministrada pela esteticista Fernanda Ribeiro a convite da instrutora do SENAR-PR, Nelcy de Freitas Carneiro.

Mulher atual

## JAA na administração de solos

Os participantes do curso Jovem Agricultor Aprendiz de Curiúva estão colocando em prática o que aprendem durante o curso. Com os conhecimentos que adquiriram, eles implantaram uma horta em um terreno que estava parado e cheio de entulho. Para a instrutora do SENAR-PR, Ana Regina Jaremtchuk, a implantação da horta proporcionou aos alunos conhecimento teórico-prático e visão empreendedora.



## Atuais na política

As produtoras rurais, que participam do curso Mulher Atual em Astorga, realizaram um levantamento de reivindicações para atender as necessidades da população do município. As reivindicações foram apresentadas aos vereadores e colocadas em pauta na seção da Câmara Municipal realizada no dia 1º de junho.



## Nova turma

No dia 14 de junho aconteceu em Assaí o primeiro encontro do curso Mulher Atual. Esta é a segunda turma no município. A previsão é que as 23 participantes encerrem o curso em 23 de agosto. A instrutora do SENAR-PR, Antonia Silvane D. Effgen, irá orientar as produtoras rurais durante o andamento dos trabalhos.

## Fim da jornada

No dia 16 de junho aconteceu o encerramento do curso Mulher Atual da turma de Terra Roxa. A instrutora do SENAR-PR, Neuci Cicherolui Dias, orientou a turma durante o curso. Familiares das participantes estiveram presentes na entrega dos certificados. O presidente do Sindicato Rural de Terra Roxa, Vagner Rodrigues da Silva, também participou da entrega dos certificados e enalteceu o empenho das agricultoras.



## PITANGA

## Na torcida

As participantes do curso Mulher Atual do município de Pitanga se reuniram para torcer pelo Brasil na estréia da nossa seleção. A turma orientada pela instrutora do SENAR-PR, Nelcy de Freitas Carneiro, se mostrou pé-quente, pois mesmo não jogando bem a Seleção Canarinho venceu a Coreia do Norte e deu o primeiro passo rumo ao Hexa.





## Visita ao Sindicato

A diretoria do Sindicato Rural de Astorga recebeu no último dia 11 de junho, a visita do Superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi. O gerente técnico do SENAR-PR, Élcio Chagas, e o supervisor regional do SENAR-PR, Salvador Morales Stéfano, acompanharam a visita. Diretores do sindicato, representantes da EMATER, Colégio Agrícola Geração, Cooperativa Integrada, membros das comissões técnicas da FAEP e produtores da região também estiveram presentes.

## TERRA ROXA

### Mata ciliar

SENAR-PR, Sindicato Rural de Terra e C.Vale realizam o curso Trabalhador em Florestamento Vegetação Ciliar. O curso aconteceu no dia 7 de junho e contou com a participação de 14 produtores rurais. O instrutor do SENAR-PR, Cristiano Carnelos de Azevedo, orientou os participantes sobre recomposição de vegetação ciliar.



## MANDAGUAÇU

### Direitos iguais

De 24 a 28 de maio, o Sindicato Rural de Mandaguaçu realizou um curso de tratorista. O diferencial da turma foi que dos dez participantes, cinco eram mulheres. O curso teve duração de 40 horas, onde os participantes receberam conteúdos sobre as técnicas corretas de operação, regulagem e manutenção de tratores agrícolas e implementos. Para a instrutora do SENAR-PR, Elizângela Domingos, a participação feminina no curso é uma prova das mudanças que ocorrem no campo.



## PARANAÍ

Fotos: Micheli Ribas

### Desenvolvimento Sindical

Aconteceu no dia 11 de junho, no município de Porto Rico, o 5º encontro do curso de Desenvolvimento Comportamental Sindical (DC). O curso teve a participação de 14 funcionários de sindicatos rurais da região noroeste do Estado. Ao todo são dezessete encontros, que são realizados quinzenalmente e orientados pela instrutora do SENAR-PR, Maria Cecília.



### Segurando firme as rédeas

De 18 a 28 de maio o Sindicato Rural de Paranavaí e o SENAR-PR realizaram um curso de Doma Racional de Cavalos. O curso teve 80 horas de duração e foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Olímpio Giovanelli. Os 10 participantes do curso receberam conteúdos práticos e teóricos, que propiciou uma oportunidade de aperfeiçoamento em seu trabalho no campo, já que a maioria já trabalha como autônomo com doma de cavalos.

## CAMPINA DA LAGOA

### Arte na palha do milho

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa, o SENAR-PR e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) realizaram um curso de artesanato em palha de milho. A capacitação aconteceu nos dias 7, 8 e 9 de junho e contou com a participação de 10 produtoras rurais. A turma foi orientada pela instrutora do SENAR-PR, Harte Radeki.



## Mais uma gestão para Mezomo

Divulgação



Ángelo Mezomo (foto) foi reconduzido ao cargo de presidente do Sindicato Rural de Coronel Vivida, no dia 18 de junho, para mais um triênio. Em seu discurso de posse, Mezomo reafirmou a meta de defesa dos interesses da classe e principalmente a de parcerias para viabilizar ações que venham a estruturar uma legislação que proteja os produtores rurais. Celso Stedile e Abílio Ghelen são os vice-presidentes. Durante o evento, consultores da FAEP proferiram palestra sobre sindicalismo ressaltando a importância do sistema sindical aos produtores rurais.

## Empreendedoras Rurais em Arapoti

Divulgação



Empreendedoras Rurais da região central do Paraná estiveram reunidas no Sindicato Rural de Arapoti, durante o 1º Encontro das Empreendedoras Rurais, no dia 18 de junho. Palestras ressaltando a importância da mulher na agropecuária regional fizeram parte da programação que teve como objetivo a troca de conhecimento entre as agricultoras. Estiveram presentes, o Superintendente do Senar Ronei Volpi, o Diretor Financeiro João Luiz Rodrigues Biscaia, o técnico Élcio Chagas e o Supervisor Regional Eduardo Oliveira.

O deputado federal Luiz Carlos Hauly comunicou ter encaminhado aos ministros da Agricultura, Wagner Rossi e Guido Mantega, da Fazenda, ofícios solicitando a ampliação de recursos ao Programa de Subvenção Federal ao Prêmio do Seguro Rural (R\$ 321 milhões); medidas emergenciais no pagamento de AGF e PEP e a realização de leilões para esgotar estoques de milho; além de pedir o apoio do senador Álvaro Dias para a aprovação do Projeto de Lei que cria o chamado "Fundo de Catástrofe". As medidas foram solicitadas pela FAEP à bancada federal paranaense.

### “É nós, mano!”

» A produção agrícola do Brasil vai crescer mais de 40% até 2019. Pelo menos essa é a previsão da FAO e da OECD.

### E na mesma previsão o boi fica pra trás

» Exigências ambientais e padrões sanitários mais rígidos vão elevar os custos da produção de carne bovina, e desacelerar a expansão dessa proteína nos próximos dez anos. A projeção é da FAO e da OCDE, em relatório sobre as perspectivas agrícolas para os próximos dez anos.

### Mais uma que não resistiu

» Marfrig compra a Keystone, dos EUA, por US\$ 1,26 bilhão. Agora passa a ser o maior fornecedor de redes como McDonald's e Subway. Ela atende a mais de 28 mil restaurantes em 13 países do mundo. O Marfrig superou a BR Foods.

### Dando no couro!

» Exportações de couros movimentando US\$ 714 milhões no acumulado dos cinco meses deste ano, registrando um aumento de 79% em relação ao período de janeiro a maio de 2009.

### EUA exportando a todo vapor

» O valor das exportações de carne bovina americana subiu 37% em relação ao ano passado. O valor chegou a US\$267,9 milhões e o volume a 58.982 toneladas.

### Filé? Só se for de frango

» De acordo com dados da indústria avícola argentina, o consumo de carne de frango já subiu 8,7% desde o começo do ano. O consumo per capita pode chegar a 35,5 quilos este ano.

### JBS multado

» O JBS vai pagar uma multa de 2 milhões de dólares por problemas ambientais de um de seu frigoríficos nos EUA. A empresa descartou lixo de forma imprópria próximo a cidade de Souderton, no estado da Pensilvânia.

» **SUGESTÕES E COMENTÁRIOS:**  
fabricio.monteiro@faep.com.br

## Posse em Cascavel

Foto Clique



**João Batista Cunha Júnior**, secretário da agricultura de Cascavel, **Ágide Meneguette**, presidente do Sistema FAEP, **Paulo Roberto Orso**, **Nelson Menegatti** e o deputado federal **Eduardo Sciarra**

Em torno de mil pessoas compareceram ao Buffet Palacius, na noite de 18 de junho, para prestigiar a posse da nova diretoria do Sindicato Rural de Cascavel, eleita em abril. A participação em peso de representantes de diversos setores da sociedade, políticos e associados reforçaram a representatividade da entidade numa região em que a agricultura é de extrema importância para a economia.

Paulo Roberto Orso, que na eleição encabeçou chapa única, recebeu o cargo de presidente do seu antecessor Nelson Menegatti, que comandou a entidade nos últimos 21 anos e permanece na atual diretoria. Num discurso sucinto, Menegatti agradeceu o apoio recebido da FAEP durante essas duas décadas.

Orso assume a entidade com disposição de modernização. Em seu pronunciamento, reforçou a importância econômica da agricultura, e a manutenção da independência do sindicato, além da necessidade de se priorizar o setor na agenda política. O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguetti, agradeceu Menegatti pela parceria durante seus mandatos, pela motivação e capacidade de mobilização do Sindicato de Cascavel nos grandes eventos promovidos pelo Sistema FAEP. "Cascavel sempre esteve à frente. Se destacando em nossas mobilizações", disse Ágide, reforçando a disposição de parcerias e as ferramentas disponíveis, principalmente na área educacional, através da capacitação do SENAR-PR.

## Fazer a DAP ficou mais fácil

Funcionários dos sindicatos rurais da região Sudoeste foram capacitados a utilizar o sistema operacional da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf, que é a comprovação do agricultor



Divulgação

como pequeno produtor. A declaração é indispensável para acesso a políticas públicas como o Pronaf, além de facilidades no processo de adequação ambiental. O treinamento foi realizado em Pato Branco, no dia 22 de junho, pelo engenheiro agrônomo da FAEP, **Nilson Hanke Camargo** (foto). O correto preenchimento e emissão da DAP tem por objetivo permitir que mais produtores tenham acesso ao benefício. A maioria dos sindicatos filiados ao Sistema FAEP oferece esse serviço ao produtor rural. A FAEP também disponibilizou uma cartilha como fonte de consulta para os colaboradores dos sindicatos, tanto no momento da elaboração do documento, como no esclarecimento de dúvidas do produtor rural. O endereço é [www.fae.com.br](http://www.fae.com.br).



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná  
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124  
email: [faep@faep.com.br](mailto:faep@faep.com.br) | site: [www.fae.com.br](http://www.fae.com.br)

**Presidente**  
Ágide Meneguette

**Vice-Presidentes**  
Moacir Micheletto (licenciado)  
Guerino Guandalini  
Nelson Teodoro de Oliveira  
Francisco Carlos do Nascimento  
Ivo Polo  
Ivo Pierin Júnior

**Diretores Secretários**  
Livaldo Gemin  
Pedro Paulo de Mello

**Diretores Financeiros**  
João Luiz Rodrigues Biscaia  
Paulo José Buso Júnior

**Conselho Fiscal**  
Sebastião Olímpio Santoroza  
Luiz de Oliveira Netto  
Lauro Lopes

**Delegados Representantes**  
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,  
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar  
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná  
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779  
e-mail: [senarpr@senarpr.org.br](mailto:senarpr@senarpr.org.br) | site: [www.senarpr.org.br](http://www.senarpr.org.br)

**Conselho Administrativo**  
**Presidente**  
Ágide Meneguette - FAEP

**Membros Efetivos**  
Ademir Mueller - FETAEP  
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC  
Darci Piana - FECOMÉRCIO  
Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal | Membros Efetivos**  
Sebastião Olímpio Santoroza  
Luiz de Oliveira Netto  
Jairo Correa de Almeida

**Superintendência**  
Ronei Volpi

## BOLETIM informativo

Cynthia Calderon (redatora)  
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br)

**Diagramação e projeto gráfico**  
Simon Taylor | Ctrl S Comunicação | [www.ctrlscomunicacao.com.br](http://www.ctrlscomunicacao.com.br)

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

# A maior fogueira de festa junina do Brasil

São João, no sudoeste, faz fogueira com mais de 60 metros e bate recorde brasileiro

**Alexandre Fernandes**

Com 11 mil habitantes, no sudoeste do Estado, colonizado por gaúchos e catarinenses nos anos 20, São João passou a ser conhecida como a cidade com a maior fogueira do Brasil. Agora, no período junino, foi erguida a fogueira com 62,2 metros de altura que homenageia o padroeiro do município.

Gentil Bonissoni, funcionário da prefeitura, conta que antes de alcançar a marca, a fogueira foi crescendo ano a ano, da mesma forma que a festa junina do município. “A festa foi aumentando, cada vez mais gente veio prestigiar o evento. E meio sem querer a fogueira foi crescendo também”, disse. “Eram vinte, trinta metros. Agora chegamos aos 62, a maior do Brasil”.

Foram três dias de festa, 18, 19 e 20 de junho, a fogueira foi acesa no dia 19 durante a grande festa junina. “Veio gente de toda região e de canto para ver a fogueira” disse Bonissoni. O evento reuniu mais de 30 mil pessoas nesta edição em torno da fogueira e das barracas com comidas típicas italiana, alemã e os tradicionais pratos juninos. Sem falar no quentão, indispensável nas festas juninas.

## A Fogueira

Para levantar a fogueira foi necessária a força e dedicação de dez homens, o auxílio de um caminhão guindaste, num trabalho de dezoito dias. Pedacos de eucalipto e doações de madeira da população de São João serviram para levantar a fogueira que foi contada também em prosa e verso pela poderosa rádio São João - “o elo de comunicação da sociedade”. A emissora transmitiu a queima da fogueira ao vivo e a cores, pela Internet. De São João para o mundo. O eucalipto veio de uma área de reflorestamento e foi usado para fazer a base mais o “esqueleto” da fogueira e o material que a preenchia, a própria população ajudou a armazenar. “Os galhos de árvores podados pela prefeitura e doações da população ajudaram a aumentar nossa fogueira”, disse Bonassoli.

## Rifa

O povo criativo de São João também imaginou uma forma especial de acender o grande orgulho da comunidade. Uma rifa com 10 mil números foi realizada e o sortudo ganhou o direito de ser o acendedor oficial da maior fogueira do Brasil. Desta vez foi o agricultor Antônio Pinto de Oliveira. “Foi um orgulho participar e toda minha família e meus amigos ficaram felizes por ter sido eu o escolhido” disse. No ano que vem tem mais e mais alguns metros de fogueira.



**Ao todo, foram necessárias 18 pessoas e 10 dias de trabalho para botar "lenha na fogueira"**



